# Consequências práticas para as partes e seus assessores

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

## Escolher Singapura como sede

Para uma operação comercial asiática, Singapura oferece uma lei baseada na Lei Modelo, tribunais experientes, uma instituição consolidada e um amplo grupo de árbitros. É uma escolha natural quando as partes vêm de diferentes jurisdições asiáticas, quando pode ser necessário rastrear bens em Singapura ou quando o contrato é regido pelo direito inglês ou pelo de Singapura. Uma casa comercial de Genebra que vende cargas a compradores indonésios ou indianos pode constatar que uma sede em Singapura é mais aceitável para sua contraparte do que uma sede europeia, mantendo um direito contratual de common law familiar a seus bancos.

A escolha tem consequências que convém definir já na redação do contrato. A sede determina quais tribunais podem anular a sentença arbitral e com base em quais fundamentos. A instituição e seu regulamento determinam o procedimento, os honorários e os instrumentos de tutela urgente. Se as partes não tiverem escolhido expressamente a lei aplicável à convenção de arbitragem, os tribunais de Singapura aplicarão seu teste em três etapas.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

# Checklist para a redação de uma cláusula de arbitragem em Singapura

- Indicar expressamente Singapura como sede e distingui-la do local das audiências.
- Escolher a instituição e o regulamento (SIAC Rules 2025, regulamento da ICC, Regulamento da UNCITRAL com o SIAC como autoridade de nomeação) e remeter à edição vigente.
- Indicar expressamente a lei aplicável à convenção de arbitragem, para que o teste em três etapas de *BCY v BCZ* não seja necessário.
- Fixar o número de árbitros, o método de nomeação e o idioma da arbitragem.
- Avaliar se deve aplicar-se o Streamlined Procedure ou o Expedited Procedure, tendo em conta os limites de S$ 1 milhão e S$ 10 milhões.
- Dotar os contratos conexos de cláusulas compatíveis, para que a consolidação ou a coordenação segundo as SIAC Rules continue possível.
- Verificar se os bens da contraparte estão em Estados signatários da Convenção de Nova York e observar eventuais reservas de reciprocidade.
- Tratar da confidencialidade, do financiamento por terceiros e da divulgação exigida pelas SIAC Rules.
- Em contratos de commodities e de navegação, verificar se se aplica uma cláusula-padrão (GAFTA, BIMCO, SCMA) e se ela deve ser modificada.
- Quando uma contraparte ou seus proprietários puderem ficar sujeitos a sanções, avaliar as consequências para pagamentos, honorários e execução.

## Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.